



São Paulo, 21 a 23 de Julho de 2014

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

**Relação entre as Características do Comitê de Auditoria e o Nível de
Evidenciação Voluntária Ambiental das Empresas Listadas na BM&FBovespa**

LEOSSANIA MANFROI

Faculdade Empresarial de Chapecó - FAEM

PAULO ROBERTO DA CUNHA

Fundação Universidade Regional de Blumenau

Relação entre as Características do Comitê de Auditoria e o Nível de Evidenciação Voluntária Ambiental das Empresas Listadas na BM&FBovespa

RESUMO

O estudo teve como objetivo verificar a relação entre as características do comitê de auditoria com o nível de evidenciação voluntária ambiental das empresas listadas na BM&FBovespa. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental, com abordagem quantitativa, com aplicação de estatística descritiva e cálculo da correlação canônica com o uso do software *Statgraphics*. A população da pesquisa refere-se as empresas do Mercado Tradicional, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado listadas na BM&FBovespa em 2011, e a amostra final compreendeu 55 empresas que possuem comitê de auditoria e que apresentaram as informações disponíveis. As variáveis e o instrumento de pesquisa relacionadas a evidenciação voluntária ambiental seguem a métrica desenvolvida por Murcia (2009), em que se constitui em seis variáveis: políticas ambientais, gestão e auditoria ambiental, impacto dos produtos e processos no meio ambiente, energia, educação e pesquisa ambiental e outras informações ambientais. Os documentos analisados para estas variáveis foram o relatório de administração, o formulário de referência e as notas explicativas. As variáveis das características do comitê de auditoria utilizadas foram o tamanho do comitê, independência dos membros e *expertise* e foram identificadas no Formulário de Referência. O estudo evidenciou por meio do modelo de correlação canônica que o grupo de características do comitê de auditoria relacionadas ao tamanho, independência e *expertise* apresentou relação significativa com a evidenciação voluntária ambiental. Da mesma forma, as de variável de controle tamanho da empresa, empresas emissoras de ADRs, rentabilidade, nível de governança corporativa e segmento de atuação, apresentaram relação significativa com a evidenciação voluntária ambiental.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2009), o código das melhores práticas de governança corporativa orienta o conselho de administração na formação de comitês que contribuam na gestão corporativa das organizações. Alguns dos comitês que podem ser criados são de Recursos Humanos, Remuneração, Governança, Finanças, Sustentabilidade, Auditoria, entre outros.

Especificamente, o comitê de auditoria é um órgão que atua como um complemento da gestão, para acompanhar o processo do relatório financeiro, dando conhecimento mais detalhado e compreensão das demonstrações financeiras e outras informações financeiras divulgadas pela empresa (Lin & Wang, 2010). A divulgação voluntária é importante para verificar o comportamento da administração da empresa diante das escolhas de informações a serem divulgadas (Allegrini & Greco, 2013).

São observadas na literatura algumas características do comitê de auditoria que podem contribuir com um melhor nível de evidenciação e, portanto, contribuir para uma melhora na qualidade da informação contábil. Entre as características do comitê de auditoria, destacam-se a quantidade de membros que integram o comitê de auditoria, a quantidade de membros que são independentes e experiência comprovada em Administração, Ciências Contábeis ou Finanças (Habbash, Sindezingue & Salama, 2013).

A definição de evidenciação converge para a divulgação ou a liberação de informações relevantes, quer sob a forma de comunicados de imprensa, anúncios públicos, ou relatórios financeiros. A qualidade destas divulgações feitas por sociedades listadas é de especial interesse para os investidores e operadores do mercado de capitais, porque a expectativa é de que quanto maior a qualidade da divulgação menor a assimetria de informação, resultando em menos conflitos de agência entre investidores e os gestores (Brown & Hillegeist, 2005).

O sucesso de um mercado de capitais pode ser dependente da qualidade das informações contábeis evidenciadas, sendo assim, o tema evidenciação, entendido como sinônimo de transparência, ganha importância crescente para os investidores e para as empresas (Gondrige, 2010).

A evidenciação das informações financeiras é considerada importante para o mercado de capitais. Percebe-se que a evidenciação de algumas empresas excede o exigido pela norma legal, que ocorre porque os controladores das empresas possuem informações adicionais cuja divulgação não é obrigatória, tendo eles a opção de divulgá-las caso acharem oportuno (Murcia, 2009).

Estudos no âmbito internacional tratam da evidenciação voluntária e dos seus benefícios aos usuários da informação contábil (Meek, Roberts & Gray, 1995; Chen & Jaggi, 2000; Verrechia, 2001; Ho & Wong, 2001; Chau & Gray, 2002; Gul & Leung, 2004; Cheng & Courtenay, 2006; Lopes & Rodrigues, 2007; Adelopo, 2011; Sun, Yi & Lin, 2012; Samaha, Dahawy, Hussainey & Stapleton, 2012; Ma, 2012; Allegrini & Greco, 2013).

Já no âmbito nacional, as pesquisas relacionadas à evidenciação voluntária são recentes e pouco exploradas (Lanzana, 2004; Salotti & Yamamoto, 2005; Gallon, 2006; Alencar, 2007; Lima, 2007; Murcia, 2009; Gondrige, 2010; Godoi, 2011), o que evidencia a existência de oportunidades de pesquisa.

Percebe-se uma possibilidade de pesquisa ante os poucos estudos desenvolvidos à luz da teoria da divulgação voluntária, também conhecida como teoria do *disclosure*. Diversos estudos (Lanzana, 2004; Salotti & Yamamoto, 2005; Gallon, 2006; Alencar, 2007; Lima, 2007; Murcia, 2009; Gondrige, 2010; Godoi, 2011) visaram identificar o nível de

evidenciação voluntária de empresas brasileiras, porém, não foram identificados estudos que relacionem características do comitê de auditoria com o nível de evidenciação voluntária.

Diante do exposto, elaborou-se a questão de estudo: *Qual a relação das características do comitê de auditoria com o nível de evidenciação voluntária ambiental das empresas listadas na BM&FBovespa?* O objetivo do estudo foi verificar a relação entre as características do comitê de auditoria com o nível de evidenciação voluntária ambiental das empresas listadas na BM&FBovespa.

De acordo com as boas práticas de governança corporativa, a criação do comitê de auditoria contribui com a melhoria da qualidade da informação contábil, aumentando a transparência das empresas (Meek *et al.*, 1995; Chen & Jaggi, 2000; Verrechia, 2001; Ho & Wong, 2001; Chau & Gray, 2002; Gul & Leung, 2004; Cheng & Courtenay, 2006; Lopes & Rodrigues, 2007; Adelopo, 2011; Liao, 2011; Sun, Yi & Lin, 2012; Samaha *et al.*, 2012; Ma, 2012; Allegrini, 2013). Logo, a existência do comitê de auditoria contribui para um maior nível de evidenciação voluntária das empresas, evidenciando-se assim uma oportunidade de pesquisa (Lanzana, 2004; Salotti & Yamamoto, 2005; Gallon, 2006; Alencar, 2007; Lima, 2007; Murcia, 2009; Gondrige, 2010; Godoi, 2011).

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Governança corporativa e o comitê de auditoria

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. A boa prática de Governança Corporativa converte princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade (IBGC, 2009).

A governança corporativa tem muitos benefícios para as nações em desenvolvimento, ela ajuda os países em desenvolvimento perceber taxas elevadas e sustentáveis de crescimento, aumenta a confiança na economia nacional, e fortalece o mercado de capitais aumentando a sua capacidade de mobilizar a poupança (Samaha *et al.*, 2012). Além disso, resulta em aumento das taxas de investimento, protegendo os direitos dos acionistas minoritários ou os pequenos investidores (Dahawy, Merino & Conover, 2002). A governança corporativa também incentiva o crescimento do setor privado, apoiando as suas capacidades competitivas, ajudando a garantir o financiamento de projetos, gerando lucros e a criação de oportunidades de trabalho (Samaha *et al.*, 2012).

Conforme Cohen, Krishnamoorthy e Wright (2004) o conselho da administração e o comitê de auditoria são considerados partes importantes na prática da Governança Corporativa.

Devido à forte concorrência nos mercados financeiros, uma empresa necessita de mecanismos de controle e gestão eficientes, a fim de manter a competitividade da empresa (Fama & Jensen, 1983). Esta tarefa é atribuída ao comitê de auditoria, que por sua vez tem a responsabilidade de supervisionar os relatórios financeiros apresentados no relatório anual (Samaha *et al.*, 2012).

Pode-se dizer que o comitê de auditoria tem a missão de avaliar o desempenho econômico e financeiro de uma entidade contábil num determinado período de tempo. Essa avaliação deverá ou será feita por peritos, ou seja, por pessoas de comprovado conhecimento técnico sobre os assuntos objeto de suas atribuições (Santos, 2009).

Para Pereira e Werneck (2006), o papel do comitê de auditoria tem sido ampliado rumo à independência, o bom funcionamento do comitê de auditoria será um elemento chave do comportamento responsável e transparente da gestão, sendo que os beneficiados por esse comportamento responsável e transparente das empresas são seus empregados, comunidade investidora, agentes financeiros e a própria administração da empresa.

No Brasil, por intermédio de diversas iniciativas apoiadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), pela bolsa de valores (BOVESPA), pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), assim como pelo (IBRACON) Instituto Brasileiro de Auditores Independentes, se junta a um seleto grupo de países que adotam as melhores práticas de governança corporativa, inclusive fornecendo uma orientação institucionalizada para a constituição de Comitês de Auditoria que adotam os quesitos técnicos dos melhores modelos e práticas internacionais (Alves, 2005).

O IBGC, no ano de 2002, efetuou uma revisão do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, na qual recomendou que todas as companhias adotassem o comitê de auditoria. Em 2009, o IBGC criou o Guia de Orientação para Melhores Práticas de Comitês de Auditoria, com o objetivo de auxiliar a instituição e o funcionamento de comitês de auditoria nos conselhos de administração nas organizações (Furuta, 2010).

2.3 Evidenciação voluntária

A informação contábil relaciona-se aos objetivos da contabilidade de mensurar o conjunto de eventos econômicos e comunicar os resultados das entidades às partes interessadas (Yamamoto & Salotti, 2006). De acordo com Stair (1998, p. 4), “[...] a informação pode ser compreendida como um conjunto de fatos organizados de tal forma que adquirem valor adicional além do valor do fato em si [...]”.

No entanto, a divulgação difere da informação por seu conteúdo mais amplo e completo. Enquanto a informação traz o conteúdo, a divulgação compreende o conteúdo, a forma, a motivação e o veículo (Yamamoto & Salotti, 2006). Deste modo, pode-se perceber que, além de divulgar, é necessário divulgar com qualidade a informação.

A evidenciação voluntária é a divulgação que excede o que é recomendado pela lei e representa uma escolha livre (*free choice*) por parte dos gestores em fazer essa divulgação das informações adicionais contribuindo para o processo decisório dos usuários (Meek *et al.* 1995).

Para Lima (2007), a evidenciação de uma empresa compreende a parte de informação que é regulamentada por lei, e também a veiculação de toda a informação que seja útil para a tomada de decisão por parte dos *stakeholders*, portanto, a evidenciação pode ser obrigatória (que envolve informações obrigatórias por lei) e voluntária (informações não obrigatórias, mas que oferecem maior transparência para a empresa).

A evidenciação não é feita apenas de informações qualitativas e quantitativas positivas, como menciona Goulart (2003), ao destacar que, para garantir a transparência nas empresas, faz-se necessária a divulgação das informações positivas e negativas, ao passo que a transparência permite que usuários da informação possam realizar julgamentos adequados e tomar decisões não enviesadas. De acordo com Ball (2006), a incorporação de mais informações torna as demonstrações contábeis mais informativas, gerando vantagens para os investidores. Algumas empresas optam por complementar a evidenciação obrigatória com informações específicas de suas operações, as quais não são requeridas pelas normas contábeis (Murcia, 2009).

Para Murcia (2009), além de auxiliar os usuários externos no monitoramento dos gestores e contribuir para uma alocação mais eficiente dos recursos no mercado de capitais, a divulgação voluntária de informações, também, traz benefícios para as próprias empresas. Trata-se de uma importante ferramenta de diferenciação, já que possibilita às empresas fornecer informações acerca de seu desempenho, estratégia, visão de mercado, programas de investimento (Lanzana, 2004).

De maneira geral, a evidenciação voluntária de hoje será a evidenciação obrigatória de amanhã, reduzindo os incentivos para a manipulação, tornando as demonstrações financeiras mais confiáveis (Houlthausen & Watts, 2001). Nesta perspectiva, a evidenciação obrigatória pode ser utilizada para verificar a veracidade da evidenciação voluntária em um período futuro (Gigler & Hemmer, 1998). Segundo Healy e Palepu (2001), evidências empíricas demonstram que investidores percebem a evidenciação voluntária como confiável.

Observa-se que diversos usuários da informação contábil, dentre eles, acionistas, investidores, administradores, reguladores, fornecedores, clientes e competidores, possuem diferentes demandas que a contabilidade poderia suprir (Murcia, 2009). No entanto, para atender diferentes interesses, a informação pode tornar um custo elevado ao considerar sua elaboração e divulgação.

Se as empresas não divulgam todas as suas informações privadas, presume-se que existem custos com a evidenciação. Obviamente, para as empresas, esses custos aumentam à medida que se aumenta o volume de informações divulgadas. Dentre os custos potenciais da evidenciação, destacam-se, principalmente, o custo de preparação e divulgação, os custos de propriedade e os custos legais (Murcia, 2009).

Percebe-se a existência dos custos do pessoal da empresa envolvido em todo o processo de evidenciação das demonstrações contábeis. De forma geral, os custos de preparação, certificação (auditoria) e disseminação das demonstrações contábeis podem ser medidos pela empresa de maneira mais direta. Leuz e Wysocki (2008) alertam para os custos de oportunidade daqueles envolvidos no processo de evidenciação, sendo esse custo mais difícil de ser medido.

No Brasil, em especial, existe o custo de publicação das demonstrações contábeis das companhias abertas nos jornais de grande circulação e também no Diário Oficial dos Estados. Para Medeiros e Quinteiro (2005), esses custos tendem a ser altos, principalmente para empresas de menor porte.

Para Verrecchia (2001), o custo mais importante que influencia, negativamente, a evidenciação é o custo de propriedade. De acordo com Leuz e Wysocki (2008), esses são os custos realizados devido à divulgação de informações que podem ser utilizadas por concorrentes. A ideia é que os concorrentes podem utilizar informações divulgadas, voluntariamente, pelas empresas para seu benefício próprio (Verrecchia, 1983), especialmente informações cuja confidencialidade pode ser importante para sua competitividade (Carvalho, 2000).

Por outro lado, a ameaça de competição nem sempre leva a companhia a não divulgar determinada informação, pois, em certos casos, empresas podem divulgar informações justamente com o objetivo de tentar impedir a entrada de novos competidores (Leuz & Wysocki, 2008).

Visando ao embasamento teórico acerca da discussão da evidenciação voluntária, surge a teoria da evidenciação que parte da premissa central que os gestores têm incentivos econômicos para divulgar ou não divulgar informações de maneira voluntária, sendo que os

usuários externos das demonstrações contábeis são considerados os consumidores dessas informações (Verrecchia, 2001).

Essa teoria analisa em que condições as informações são, voluntariamente, divulgadas pelas firmas em razão da interação estratégica com os agentes externos (acionistas, concorrentes) (Dobler, 2005).

De acordo com Hossain (2008), a Teoria da evidenciação discricionária trata das circunstâncias que cercam a decisão de divulgar uma informação privada para o público.

Com a finalidade de explicar as razões que levam as empresas a divulgar informações de maneira voluntária, pesquisadores tem buscado desenvolver modelos que fornecem um arcabouço teórico para o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema, visando assim a estabelecer uma ligação entre a divulgação contábil e suas consequências (Verrecchia, 2001; Dobler, 2005; Hossain, 2008).

2.4 Construção das hipóteses

Diferentes características do comitê de auditoria são observadas na literatura e servem como variáveis de análise em diferentes estudos, tais como tamanho do comitê de auditoria, a independência e a *expertise* dos membros que o compõem (Dezoort, Hermanson, Archambeault & Reed, 2002; Klein, 2002; Felo, Krishnamerty & Solieri, 2003; Bedard, Chtourou, & Courteau, 2004; Habbash *et al.* 2013; Li, Mangena & Pike, 2012). Com base nestas características observadas na literatura tem-se a primeira hipótese:

Hipótese₁: *As características do comitê de auditoria (tamanho, independência e expertise) apresentam relação com o nível de evidenciação voluntária ambiental.*

Além das variáveis relacionadas às características do comitê de auditoria, buscou-se testar outras variáveis juntamente com as características do comitê de auditoria que possam demonstrar possível relação com o nível de evidenciação voluntária. Foram observadas as variáveis: tamanho do ativo, rentabilidade, emissoras de ADRs, nível de governança e segmento de atuação (Meek *et al.*, 1995; Verrecchia, 2001; Nagar, Nanda & Wysocki, 2003; Bukh, Nielsen, Gormsen & Mouritsen, 2005; Lopes & Rodrigues, 2007; Gondrige, 2010). Apresenta-se assim a segunda hipótese do estudo:

Hipótese₂: *As variáveis de controle (tamanho do ativo, rentabilidade, emissoras de ADRs, nível de governança e segmento de atuação) apresentam relação com o nível de evidenciação voluntária ambiental.*

3 METODOLOGIA

O estudo classifica-se como descritivo, documental e com abordagem quantitativa. A população compreendeu as empresas listadas no mercado tradicional, nível 1, nível 2 e no novo mercado da BM&FBovespa. Para a composição da amostra final da pesquisa foram selecionadas as empresas que possuem comitê de auditoria, totalizando 55 empresas.

Para verificar em que medida as empresas evidenciam as informações voluntárias relacionadas ao aspecto ambiental foi utilizado como base o estudo de Murcia (2009) conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Métrica para o cálculo de evidenciação voluntária – informações ambientais

Variáveis	Item verificado
(1) Políticas Ambientais	a) Declarações das políticas, práticas, ações atuais b) Estabelecimento de metas e objetivos ambientais

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

	<ul style="list-style-type: none"> c) <i>Compliance</i> com a legislação ambiental d) Parcerias, conselhos e fóruns ambientais e) Prêmios e participações em índices ambientais
(2) Gestão e auditoria ambiental	<ul style="list-style-type: none"> a) Gestão ambiental b) ISOs 9000 c) Auditoria Ambiental
(3) Impacto dos produtos e processos no meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> a) Reciclagem b) Desenvolvimento de produtos ecológicos c) Uso eficiente e/ou reutilização da água d) Impacto no meio ambiente (vazamentos, derramamentos, terra utilizada etc.) e) Reparo aos danos ambientais
(4) Energia	<ul style="list-style-type: none"> a) Conservação e utilização mais eficiente operações b) Desenvolvimento ou exploração de novas formas de energia
(5) Educação e pesquisa ambiental	<ul style="list-style-type: none"> a) Educação ambiental (internamente e/ou comunidade) b) Pesquisas relacionadas ao meio ambiente c) Projetos de mecanismos de Desenvolvimento limpo (MDL) d) Créditos de Carbono e) Emissão dos gases de efeito estufa (GEE) f) Certificado e emissões reduzidas
(6) Outras informações ambientais	<ul style="list-style-type: none"> a) Menção relativa à sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável b) Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento c) conservação da biodiversidade d) relacionamento ambiental com <i>stakeholders</i>

Fonte: Adaptado de Murcia (2009)

Para evidenciar em que medida as empresas evidenciam as informações voluntárias ambientais foi atribuído 0 quando não evidencia e 1 quando evidencia a informação. As variáveis analisadas seguem a métrica desenvolvida por Murcia (2009), os documentos verificados na coleta de dados foram o relatório de administração, o formulário de referência e as notas explicativas referentes ao ano de 2011, a coleta dos dados foi realizada de dezembro de 2012 à fevereiro de 2013 do site da BM&FBovespa.

Posteriormente foram delineadas as variáveis de pesquisa que estão representadas pelo grupo de variáveis que compõem as características do comitê de auditoria (tamanho, independência e *expertise*) e o grupo de variáveis de controle (tamanho da empresa, empresas listadas no exterior, rentabilidade, nível de governança e segmento de atuação).

Para a subvariável tamanho foi considerada a quantidade de membros que integram o comitê de auditoria, para a subvariável independência foi considerado a quantidade de membros do comitê de auditoria que não desenvolvem outras funções na empresa, além de integrar o comitê de auditoria. E por fim, para a subvariável *expertise* foi verificada a quantidade de integrantes do comitê de auditoria que possuem formação em Administração, Ciências Contábeis ou Finanças.

As características do comitê de auditoria foram identificadas no Formulário de Referência referente o ano 2011 das empresas que compõem a amostra da pesquisa. Já as variáveis de controle foram identificadas através da base Econômica[®], onde o tamanho da empresa foi medido pelo logaritmo do ativo total, com relação as empresas emissoras de ADRs verificou-se se as empresas emitiam ADRs, se sim, foi atribuído-se 1, se não, atribuído-se 0. A rentabilidade observou-se a relação entre o lucro líquido da empresa e o seu patrimônio líquido. Com relação ao nível de governança usou-se um código de dois dígitos conforme: empresas do mercado tradicional (00), empresas do nível 1 (01), empresas do nível 2 (10) e

empresas do novo mercado (11). E por fim segmento de atuação onde observou-se que as empresas da amostra estão representadas por nove segmentos na BM&FBovespa, portanto utilizou-se um código de quatro dígitos, onde cada combinação representa um segmento.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta as características do comitê de auditoria das 55 empresas que compõem a amostra do estudo, em que foram observadas as características tamanho, independência e *expertise*.

Tabela 2 - Características do comitê de auditoria

Característica	N	Média	Min	Max	Desvio Padrão
Tamanho	158	2,87	0	6	1,389
Independência	8	0,15	0	2	0,448
<i>Expertise</i>	18	0,33	0	2	0,610

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 2 que o total de membros do comitê de auditoria das 55 empresas da amostra é de 158 membros, sendo que em média cada empresa possui 2,87 membros. Nos documentos foram observadas empresas que divulgam a constituição e existência do comitê de auditoria, porém não informam a quantidade de membros que compõem o referido comitê, em contraponto as empresas que apresentaram maior quantidade de membros no comitê informaram ter 6 membros.

Com relação à independência, ou seja, membros do comitê de auditoria que não exercem outra função na empresa, das empresas observadas apenas 8 divulgam ter membros independentes, porém observa-se também existir empresas que dizem ter membros independentes mas não identificam o membro. Ainda com relação à independência das empresas que informaram ter membros independentes, as que possuem uma maior quantidade de membros independentes no comitê de auditoria possuem 2 membros.

Também foi observada a *expertise* dos integrantes do comitê de auditoria das empresas em estudo, ou seja, quantos membros possuem formação em Ciências Contábeis, Administração ou Finanças. Observou-se que apenas 18 empresas dizem ter integrantes com esta formação, sendo que a quantidade de integrantes é de 0,33 em média por empresa. Ainda das empresas que evidenciaram ter integrantes com independência, ocorreram casos de empresas que não informaram quem são os integrantes assim como os que mais informaram, mencionaram ter até 2 membros com *expertise* no comitê de auditoria.

Os resultados da pesquisa corroboram com Santos (2009) que ao estudar as características do comitê de auditoria das empresas brasileiras evidenciou que a maioria das empresas não apresenta um grau de evidenciação sobre o comitê de auditoria que permita uma visualização efetiva sobre esse organismo nas empresas da amostra pesquisadas.

Em contraponto estudos em internacionais evidenciam relação entre as características do comitê de auditoria e o nível de evidenciação voluntária das empresas (Abernathy, Kang & Krishnan, 2011; Li *et al.*, 2012; Woidtke & Yeh, 2005).

O tópico seguinte apresenta análise dos dados por meio da correlação canônica onde busca-se verificar a relação entre os grupos das variáveis que compõem o estudo.

O resultado obtido com o cálculo da correlação canônica entre o conjunto de variáveis do grupo de evidenciação ambiental com o conjunto de variáveis das características do comitê de auditoria são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Correlação entre as características do comitê de auditoria e evidenciação ambiental

Número	Autovalor	Correlação Canônica	Wilks Lambda	Chi-quadrado	D.F.	P-Value
1	0,230417	0,480018	0,58587	26,1982	18	0,0953***
2	0,224939	0,474277	0,761282	13,3648	10	0,2040
3	0,0177782	0,133335	0,982222	0,87897	4	0,9276

* nível de significância de 2% ** nível de significância de 5% *** nível de significância de 10%

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se na Tabela 3 que a primeira combinação linear entre o grupo de evidenciação ambiental e o grupo características do comitê de auditoria apresentou um coeficiente de correlação de 48,00%. Hair Jr, Anderson, Tatham e Black, (2005) mencionam que este percentual representa uma associação moderada. Portanto a combinação se demonstrou significância ao nível de 10%.

Observa-se a partir dos resultados que as características do comitê de auditoria tamanho, independência e *expertise*, apresentam uma associação moderada com o nível de evidenciação ambiental, ou seja, as características do comitê de auditoria das empresas estudadas podem contribuir no aumento do nível de evidenciação ambiental e de forma significativa.

A Tabela 4 demonstra os coeficientes calculados para o conjunto de variáveis do grupo da evidenciação ambiental com o grupo das características do comitê de auditoria.

Tabela 4 - Coeficientes para as variáveis canônicas da evidenciação ambiental e as características do comitê de auditoria

Grupos	Variáveis	Combinações Lineares		
		1	2	3
Evidenciação ambiental	Políticas Ambientais	-0,89246	-0,89329	-0,99388
	Gestão e auditoria ambiental	-0,45691	-0,06114	-0,36507
	Impacto dos produtos/processos no meio ambiente	-0,95353	1,24765	1,31051
	Energia	-0,00469	0,27764	-0,99256
	Educação e pesquisa ambiental	1,02114	-1,50315	0,18369
	Outras informações ambientais	1,26268	1,22793	-0,00158
Características do comitê de auditoria	Tamanho	0,99702	-0,14182	-0,29941
	Independência	-0,01843	-1,0312	0,05439
	<i>Expertise</i>	0,00784	0,32257	1,0295
R1 – Correlação Canônica		0,48002	0,47428	0,13335

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 4 que a análise canônica realizada (R1) entre os grupos acima apresentados, indicou que a combinação linear foi significativa ao nível de 10%, sendo que a primeira combinação demonstrou uma correlação canônica de 48,00%, considerada moderada por Hair Junior *et al.* (2005).

Contudo, os coeficientes canônicos correspondentes ao primeiro par canônico apresentam uma tendência observada, porém não confirmada em que a evidenciação das subvariáveis da evidenciação ambiental: política ambiental (-0,89246), impacto dos produtos e processos no meio ambiente (-0,95328), educação e pesquisa ambiental (1,02114) e informação ambiental (1,26268) são determinantes da característica do comitê de auditoria: tamanho (0,99702).

A Tabela 5 apresenta o resultado obtido com o cálculo da correlação canônica entre o conjunto de variáveis do grupo de evidenciação ambiental com o grupo das variáveis de controle.

Tabela 5 - Correlação canônica da evidenciação ambiental com o grupo das variáveis de controle

Número	Autovalor	Canonical	Wilks	Chi-quadrado	D.F.	P-Value
		Correlação	Lambda			
1	0,39244	0,62645	0,418654	41,7942	30	0,0745***
2	0,193956	0,440404	0,689073	17,8756	20	0,5956
3	0,0877536	0,296232	0,854883	7,52595	12	0,8210
4	0,0584871	0,241841	0,937118	3,11739	6	0,7940
5	0,00466741	0,0683185	0,995333	0,22456	2	0,8938

* nível de significância de 2% ** nível de significância de 5% *** nível de significância de 10%
Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme verificado na primeira coluna da Tabela 5, cinco combinações lineares diferentes puderam ser calculadas, visto que, este é o número de variáveis do grupo das variáveis de controle, sendo menor que o número de variáveis do grupo de evidenciação ambiental.

É possível constatar na Tabela 10 que a primeira combinação linear entre o grupo de evidenciação ambiental e o grupo das variáveis de controle apresentou coeficiente de correlação de 62,63%. Desta forma, de acordo com Hair Junior *et al.* (2005) representa uma força de associação moderada. Portanto sendo a primeira combinação linear considerada moderada, foram observadas combinações lineares com *p-value* significante ao nível de 10%.

Observa-se que as variáveis de controle observadas neste estudo (tamanho da empresa, empresas emissoras de ADRs, rentabilidade, nível de governança corporativa e segmento de atuação) possuem associação moderada e significativa com o nível de evidenciação voluntária ambiental, as variáveis de controle observadas neste estudo contribuem de forma moderada para explicar o nível de evidenciação voluntária relacionado aos aspectos ambientais.

A Tabela 6 expõe os coeficientes calculados para o conjunto de variáveis do grupo de evidenciação ambiental e para o conjunto de variáveis do grupo das variáveis de controle, respectivamente.

Tabela 6 - Coeficientes para as variáveis canônicas do grupo evidenciação ambiental e as variáveis de controle

Grupos	Variáveis	Combinações Lineares				
		1	2	3	4	5
Grupo de evidenciação ambiental	Políticas Ambientais	0,370351	-0,0831979	0,823586	0,195202	-1,52458
	Gestão e auditoria ambiental	0,772761	-0,0712252	0,400655	-0,492968	-0,055748
	Impacto dos produtos/processos no meio ambiente	-0,504765	-0,462886	0,877457	1,19984	1,64745
	Energia	-0,126393	-1,08627	-0,912797	0,396245	-0,80071
	Educação e pesquisa ambiental	0,258691	-0,0199089	-0,212025	-1,81137	0,350773
	Outras informações ambientais	0,265771	1,29251	-1,1672	0,698538	0,455201
Grupo das variáveis de controle	Tamanho do ativo	0,724101	-0,441298	-0,532913	0,0477624	0,421755
	Rentabilidade	0,171951	0,343645	0,895592	0,0997957	0,441912
	Emisoras de ADRs	-0,0729625	0,128967	-0,211526	-0,688335	0,751214
	Nível de GC	-0,524917	-0,749823	0,227262	0,24579	0,301223
	Segmento de atuação	-0,085876	0,628031	-0,306019	0,593817	0,491119

R1 – Correlação Canônica	0,62645	0,440404	0,296232	0,241841	0,0683185
--------------------------	---------	----------	----------	----------	-----------

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 6 que a análise da correlação canônica realizada entre o grupo de evidencição ambiental e o grupo das variáveis de controle, indicou uma correlação canônica de 62,65%, que de acordo com Hair Junior *et al.* (2005) é moderada.

Os coeficientes canônicos correspondentes ao primeiro par canônico apresentam uma tendência observada, porém não confirmada de que os aspectos relacionados a evidencição voluntária ambiental: gestão e auditoria ambiental (0,772761) e impacto dos produtos e processos no meio ambiente (-0,504765) são determinantes das variáveis de controle: tamanho da empresa(0,724101) e nível de governança corporativa (-0,524917).

A partir dos resultados obtidos com o cálculo da correlação canônica dos grupos pesquisados retomam-se as hipóteses, demonstradas na Tabela 7.

Tabela 7 - Resumo do resultado dos testes das hipóteses

Hipótese	Resultado
H ₁ : As características do comitê de auditoria (tamanho, independência e <i>expertise</i>) apresentam relação com o nível de evidencição voluntária ambiental.	Aceita P- Value 10%
H ₂ : As variáveis de tamanho do ativo, rentabilidade, emissoras de ADRs, nível de governança e segmento de atuação apresentam relação com o nível de evidencição voluntária ambiental.	Aceita P- Value 10%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Retomando as hipóteses de pesquisa e vinculando os resultados com a revisão de literatura que ancorou a presente pesquisa percebe-se que o conjunto de variáveis do grupo características do comitê de auditoria (tamanho, independência e *expertise*) apresentou uma associação significativa ao nível de 10% com o conjunto de variáveis do grupo de evidencição ambiental. Pode inferir, a partir dos resultados, que as características do comitê de auditoria, tamanho, independência e *expertise* estão relacionadas de forma significativa com o grupo evidencição ambiental. Desta forma a hipótese H₁ foi aceita.

Os resultados do estudo corroboram Li *et al.* (2012) que encontraram uma relação significativa e positiva entre o tamanho do comitê de auditoria e a divulgação voluntária de informações relacionadas com o capital intelectual.

Em contraponto os resultados do estudo são contrários com Li *et al.* (2012) que não encontraram uma relação significativa entre as características do comitê de auditoria (independência e *expertise*) e a divulgação de informações voluntárias relacionadas com o capital intelectual. Os achados também corroboram com Woidtke e Yeh (2005) onde as características do comitê de auditoria (independência e *expertise*) não explicam uma melhor evidencição dos lucros.

Também foi possível perceber que o conjunto de variáveis do grupo controle (tamanho do ativo, rentabilidade, emissoras de ADRs, nível de governança e segmento de atuação) apresentou uma associação significativa ao nível de 10% com o conjunto de variáveis do grupo de evidencição ambiental. É possível inferir a partir dos resultados, que o conjunto de variáveis do grupo de controle estão relacionadas de forma significativa com o grupo evidencição ambiental aceitando-se assim a hipótese H₂ do estudo.

Os resultados do estudo corroboram com Meek *et al.* (1995) que demonstrou uma relação significativa entre tamanho da empresa e segmento de atuação com a evidencição voluntária. Lopes e Rodrigues (2007) também identificaram uma relação significativa entre

tamanho da empresa e segmento de atuação com evidenciação voluntária. Gondrige (2010) evidenciou uma relação positiva e significativa entre tamanho da empresa e empresas emissoras de ADRs com evidenciação voluntária. Os resultados também corroboram com Adelopo (2011) que encontraram uma relação significativa entre tamanho da empresa e evidenciação voluntária. Allegri e Greco (2013) evidenciaram uma relação significativa e positiva entre governança corporativa e evidenciação voluntária.

Os resultados não corroboram com Murcia (2009) onde não foi identificada relação entre tamanho da empresa, empresas emissoras de ADRs e governança corporativa com a evidenciação voluntária. O estudo de Chih (2011) também não evidenciou uma relação entre governança corporativa e evidenciação voluntária quando os incentivos são baixos.

CONCLUSÕES

O estudo teve como objetivo verificar a relação entre as características do comitê de auditoria e o nível de evidenciação voluntária ambiental das empresas listadas na BM&FBovespa. Para tal, aplicou-se a metodologia descritiva, com abordagem quantitativa, sendo o procedimento utilizado o documental. A amostra foi composta por 55 empresas que possuem comitê de auditoria, listadas no mercado tradicional, nível 1, nível 2 e novo mercado da BM&FBovespa.

Ao efetuar a análise entre o conjunto de variáveis de evidenciação ambiental e as características do comitê de auditoria por meio da correlação canônica, encontrou-se um coeficiente de correlação de 48%, considerada moderada, e com significância ao nível de 10%.

O mesmo tipo de análise, efetuada entre as variáveis de evidenciação ambiental com as variáveis de controle, encontrou cinco combinações lineares, em que a primeira combinação apresentou coeficiente de correlação de 62,63%. Este resultado também se mostrou moderado, e com significância ao nível de 10%. Assim, constatou-se que as variáveis de tamanho da empresa, empresas emissoras de ADRs, rentabilidade, nível de governança corporativa e segmento de atuação, contribuem de forma moderada para explicar o nível de evidenciação voluntária relacionado aos aspectos ambientais.

O resultado do estudo aceita a hipótese H_1 em que foi observada associação significativa entre as características do comitê de auditoria e o nível de evidenciação voluntária ambiental. Também foi possível perceber que o conjunto de variáveis do grupo controle (tamanho do ativo, rentabilidade, emissoras de ADRs, nível de governança e segmento de atuação) apresenta associação significativa com o conjunto de variáveis do grupo de evidenciação ambiental, aceitando a hipótese H_2 .

Considerando as limitações do presente estudo, apresentam-se algumas recomendações para realização de novos estudos sobre o tema investigado: a) Recomenda-se a realização de um estudo qualitativo, com menos empresas, com o objetivo de evidenciar a qualidade das informações evidenciadas, pois em comparação ao estudo de Murcia (2009), observou-se um aumento significativo no nível de evidenciação, porém é necessário levar também em consideração a se a informação é objetiva a ponto de contribuir com seus usuários. b) Ampliação da amostra pesquisada e do período observado levando em consideração empresas de outros países a fim de comparar os resultados através de uma análise quantitativa dos dados. c) Ampliação das características do comitê de auditoria e das variáveis de controle das empresas observadas. d) Realização de novos estudos utilizando a teoria do *disclosure* voluntário, pois se observou que a mesma é ainda é pouco explorada na literatura brasileira.

REFERÊNCIAS

- Abernathy, J. L., Kang, T., & Krishnan, G. V. (2011). *Audit Committee Expertise and Financial Analysts' and Investors' Ability to Anticipate Future Earnings*. Recuperado em 18 janeiro, 2014 de <http://ssrn.com/abstract=1942928>.
- Adelopo, I. (2011). Voluntary disclosure practices amongst listed companies in Nigeria. *Advances in Accounting*, 27(2), 338-345.
- Alencar, R. C. (2007). *Nível de disclosure e custo de capital próprio no mercado brasileiro*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Allegrini, M., & Greco, G. (2013). Corporate boards, audit committees and voluntary disclosure: evidence from Italian Listed Companies. *Journal of Management & Governance*, 17(1), 187-216.
- Alves, F. (2005). *Comitê de auditoria no Brasil: melhores práticas de governança cooperativa*. São Paulo: Pricewaterhousecoopers.
- Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standard (IFRS): Pros e cons for investors. *Accounting & Business Research*, 36, 5-27.
- Bedard, J., Chtourou, S. M., & Courteau, L. (2004). The effect of audit committee expertise, independence, and activity on aggressive earnings management. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 23(2), 13-35.
- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA. (2013). *Empresas Listadas*. Recuperado em 13 de janeiro, 2013, de <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresaslistadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>.
- Brown, S., & Hillegeist, S. (2005). How disclosure quality affects the level of information asymmetry. *Social Science Research Network*. Recuperado em 22 de janeiro, 2013, de <http://www.ssrn.com>.
- Bukh, P. N., Nielsen, C., Gormsen, P., & Mouritsen, J. (2005). Disclosure of information on intellectual capital in Danish IPO prospectuses. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 18(6), 713-732.
- Carvalho, A. G. de. (2000). Ascensão e declínio do mercado de capitais: a experiência dos anos 90. *Economia Aplicada*, 4 (3), 595-632.
- Chau, G. K. & Gray, S. J. (2002). Ownership structure and corporate voluntary disclosure in Hong Kong and Singapore. *The International Journal of Accounting*, 37 (2), 247-266.
- Cheng, E. C. M. & Courtenay, S. M. (2006) Board composition, regulatory regime and voluntary disclosure. *International Journal of Accounting*, 41 (3), 262-289.
- Chen, C. J. P. & Jaggi, B. (2000) Association between independent non-executive directors, family control and financial disclosures in Hong Kong. *Journal of Accounting and Public Policy*, 19(5), 285-310.
- Chih, H. L. (2011). The effect of stock-based incentives and governance mechanisms on voluntary disclosure of intangibles *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting*, 27, 294-307.
- Cohen, J., K. G., & Wright, A. (2004). The corporate governance mosaic and financial reporting quality. *Journal of Accounting literature*, 23(1), 87-152.
- Dahawy, K., Merino, B. D., & Conover, T. L. (2002). The conflict between IAS disclosure requirements and the secretive culture in Egypt. *Advances in international Accounting*, 15, 203-228.

- Dezoort, F. T., Hermanson, D. R., Archambeault, D. S. & Reed, S. A. (2002). Audit committee effectiveness: a synthesis of the empirical audit committee literature. *Journal of Accounting Literature*, 21, 38-75.
- Dobler, M. (2005). How Informative is risk reporting? A review of disclosure models. *Munich Business Research Working Paper*.
- Fama, E. F. & Jensen, M. C. (1983). Separation of ownership and control. *Journal of Law and Economics*, 26 (2), 301-325.
- Felo, A. J., Krishnamerty, S., & Solieri, S. A. (2003) Audit committee characteristics and perceived quality of financial reporting: an empirical analysis. *Working Paper*.
- Furuta, F. (2010). *A relação das características das empresas com a adoção do comitê de auditoria X conselho fiscal adaptado*. Tese (Doutorado em Contabilidade) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Gallon, A. V. (2006). *Evidenciação contábil nos Relatórios da Administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil.
- Gigler, F., & Hemmer, T. (1998). On the frequency, quality and informational role of mandatory financial reports. *Journal of Accounting Research*, 36 (3), 99-114.
- Godoi, A. F. (2011). *Contabilidade ambiental: Um estudo do disclosure de informações ambientais, das empresas dos setores de alto impacto ambiental, integrantes do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC. São Paulo, Brasil.
- Gondrige, E. O. (2010). *Fatores explicativos do disclosure voluntário das empresas brasileiras de capital aberto: um estudo sob a perspectiva da estrutura de governança corporativa e de propriedade*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Goulart, A. M. C. (2003). *Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Gul, F. A. & Leung, S. (2004). Board leadership, outside directors' expertise and voluntary corporate disclosures. *Journal of Accounting and Public Policy*, 23 (5), 351- 379.
- Habbash, M., Sindezingue, C., & Salama, A. (2013). The effect of audit committee characteristics on earnings management: Evidence from the United Kingdom. *International Journal of Disclosure and Governance*, 10(1), 13-38.
- Hair Junior, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (2005). Análise multivariada de dados. Tradução Adonai Schlup Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto.
- Healy, P. M. & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure and capital markets: A review of empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, 31 (1), 405-440.
- Ho, S. S. M. & Wong, K. S. (2001). A study of the relationship between Corporate Governance structures and the extent of voluntary disclosure. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 10 (2), 139-156.
- Hossain, M. (2008). The extent of disclosure in annual reports of banking companies: the case of India. *European Journal of Scientific Research*, 23 (4), 659-680.
- Houlthausen, R. W. & Watts, R. L. (2001). The relevance of value-relevance literature for financial accountingstandart setting. *Journal of Accounting and Economics*, 31 (1), p. 3-75.

- Instituto Brasileiro de Governança. (2009). *Guia de orientações para melhores práticas de Comitês de Auditoria*. Coordenação: Roberto Lamb e João Verner Juenemann. São Paulo: IBGC.
- Klein, A. (2002). Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. *Journal of accounting and economics*, 33(3), 375-400.
- Lanzana, A. P. (2004). *Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Leuz, C. & Wysocki, P. D. (2008). Economic consequences of financial reporting and disclosure regulation: a review and suggestions for future research. *Working Paper*.
- Li, J., Mangena, M., & Pike, R. (2012). The effect of audit committee characteristics on intellectual capital disclosure. *The British Accounting Review*, 44(2), 98-110.
- Lima, G. A. S. F. (2007). *Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Lin, J. W. & Wang, M. I. (2010). Audit quality, corporate governance, and earnings management: a meta-analysis. *International Journal of Auditing*, 14 (1), 57-77.
- Lopes, P. T., & Rodrigues, L. L. (2007). Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. *The International Journal of Accounting*, 42(1), 25-56.
- Ma, G. (2012). *Stock market response to voluntary operations related disclosures*. Dissertation Presented to the faculty of The University of Texas at Dallas in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of philosophy in Management science, p. 17, Texas: August.
- Medeiros, O. & Quinteiro, L. (2005). *Disclosure of accounting information and stock return volatility in Brazil*. Social Science Research Network. Recuperado em 11 de dezembro de 2012, de www.ssrn.com.
- Meek, G., Roberts, C. B. & Gray, S. J. (1995). Factors influencing voluntarily annual report disclosure by U.S., U.K., and continental European multinational corporations. *Journal of International Business Studies*, 26(3), 555-572.
- Murcia, F. R. (2009). *Fatores determinantes do Nível de Disclosure Voluntário de Companhias Abertas no Brasil*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Nagar, V., Nanda, D., & Wysocki, P. (2003). Discretionary disclosure and stock-based incentives. *Journal of Accounting and Economics*, 34(1), 283-309.
- Pereira, A. N., & Werneck, M. (2006). Especialista em finanças do comitê de auditoria: uma visão documental e comparativa das práticas do Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Unibanco. *Simpósio FUCEPE de Produção Científica*, 4.
- Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2005). Ensaio sobre a teoria da divulgação. *BBR-Brazilian Business Review*, 2(1), 53-70.
- Samaha, K., Dahawy, K., Hussainey, K., & Stapleton, P. (2012). The extent of corporate governance disclosure and its determinants in a developing market: The case of Egypt. *Advances in Accounting*, 28(1), 168-178.

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

- Santos, A. G. (2009). *Comitê de auditoria: Uma análise baseada na divulgação das informações de empresas brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Stair, R. M. (1998). *Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Sun, Y, Yi, Y. & Lin, B. (2012). Board independence, internal information environment and voluntary disclosure of auditors' reports on internal controls. *China Journal of Accounting Research*, 5, 145–161.
- Verrecchia, R. E. (1983). Discretionary disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 5, 179-194.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, 32(1), 97-180.
- Yamamoto, M. M. & Salotti, B. M. (2006). *Informação contábil: estudos sobre sua divulgação no mercado de capitais*. São Paulo: Atlas.
- Woidtke, T. & Yeh, Y. H. (2005). Commitment or entrenchment? Controlling shareholders and board composition. *Journal of Banking and Finance*, 29 (7), 1857-1885.